



BOLETIM 291 - IX
02 de fevereiro de 2017



Profissionais da Contabilidade deverão reportar irregularidades a partir de julho

A partir de julho deste ano, o Brasil deve adotar uma nova norma internacional que obriga Contadores das empresas e auditores independentes a comunicar às autoridades quando descobrirem, no exercício de suas funções, qualquer prática de corrupção, lavagem de dinheiro, e o não pagamento de impostos e contribuições.

No exercício de suas funções, eles terão de delatar ainda as suspeitas de irregularidades também, como determina a norma. Conhecida como Noclar, que significa não

conformidade com leis e regulações, na sigla em inglês;

Vale lembrar que desde 2014, os Profissionais da Contabilidade e as /empresas de serviços contábeis já são obrigados a denunciar as autoridades competentes operações suspeitas de lavagem de dinheiro e corrupção.

Fonte: Mensário do Contabilista jan e fev/2017

FECONTESP convida a todos para a Missa de um ano de falecimento do Sindicalista Francisco Antonio Feijó



A Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo e familiares convidam a todos os amigos e Sindicalistas para a Missa de um ano do falecimento do companheiro, ex-diretor da FECONTESP - Francisco Antonio Feijó, que será realizada no próximo dia 05 de fevereiro na Paróquia Sagrado Coração

de Jesus. Endereço: Avenida Morumbi, nº 8825 – Brooklin – São Paulo/SP.

Fonte: e-mail recebido da Fecontesp em 01/02/2017

FGTS – perguntas e respostas sobre o saque de contas inativas Apartir de 13 de março de 2017.

Quem tem direito ao saque de contas inativas do FGTS?

Tem direito a sacar o dinheiro do FGTS quem tem saldo em uma conta inativa até 31 de dezembro de 2015. Uma conta fica inativa quando deixa de receber depósitos da empresa devido à extinção ou rescisão do contrato de trabalho. O trabalhador deve estar afastado deste emprego pelo menos desde o fim de 2015. O trabalhador, no entanto, não pode sacar o FGTS de uma conta ativa, ou seja, que ainda receba depósitos pelo empregador atual.

Estou empregado. Posso retirar o dinheiro mesmo assim?

Sim. Quem está atualmente empregado pode sacar o valor de uma conta inativa, desde que o afastamento do emprego anterior tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2015.

Tenho várias contas inativas. De quais eu posso sacar o dinheiro?

É possível sacar o dinheiro de todas as contas inativas, ou seja, aquelas que deixaram de receber os depósitos do empregador por extinção ou rescisão do contrato de trabalho, desde que o afastamento dos empregos anteriores tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2015.

Como faço para consultar o meu saldo?

O trabalhador pode consultar o saldo pelo site da Caixa ou do próprio FGTS e através de aplicativo para smartphones e tablets (com versão para Android, iOS e Windows). É possível ainda fazer um cadastro para receber informações do FGTS por mensagens no celular ou por e-mail.

No aplicativo, é preciso informar o número do NIT e a senha criada para o acesso pela internet. Se ainda não tiver senha, é preciso clicar em "Primeiro Acesso".

No site da Caixa, é preciso informar o NIS (PIS/Pasep), que pode ser consultado na carteira de trabalho, e usar uma senha cadastrada pelo próprio trabalhador. É possível usar ainda a senha do Cartão

Cidadão. A página oferece a opção de recuperar a senha, mas é preciso informar o NIS. O serviço mostra dados cadastrais e lançamentos feitos na conta nos últimos seis meses.

O beneficiário pode ainda consultar seu extrato do FGTS presencialmente no balcão de atendimento de agências da Caixa. Também é possível ir a um posto de atendimento e fazer a consulta utilizando o Cartão Cidadão, desde que tenha em mãos a senha. Em caso de problema com essa senha, o trabalhador precisa comparecer a uma agência da Caixa para regularizá-la.

Não é possível consultar o extrato do FGTS pelo telefone.

Posso comparecer já à agência para retirar meu dinheiro?

O dinheiro só será liberado a partir do dia 13 de março, e haverá um calendário de saque, de acordo com a data de nascimento do beneficiário. Os recursos poderão ser sacados até o dia 14 de julho, segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. A ordem para os saques será baseada no mês de aniversário do trabalhador, em calendário que será divulgado pelo governo.

Poderei sacar o dinheiro todo de uma vez?

Sim, não haverá limite para o saque. O trabalhador, se quiser, poderá sacar todo o valor que tem na conta inativa.

Posso fazer toda a operação de retirada do dinheiro pela internet, transferindo o dinheiro da Caixa para a minha conta em outro banco?

Questionada pelo **G1**, a Caixa Econômica Federal não informou como o trabalhador poderá fazer o saque da conta do FGTS. O banco limitou-se a informar que a divulgação da forma de pagamento e o calendário de saques estão previstos para ocorrer no início de fevereiro. O governo, no entanto, informou que os saques só começarão a ser liberados a partir de março.

Posso optar por deixar o dinheiro do FGTS onde ele está? Ele continuará

rendendo? Ou é mais vantajoso retirar?
Com rentabilidade inferior a outras aplicações consideradas

conservadoras, especialistas dizem que é vantajoso para o consumidor sacar o FGTS para pagar dívidas ou buscar outras aplicações mais rentáveis.

O FGTS rende 3% ao ano mais a taxa referencial (TR), enquanto a poupança rende 6,17% ao ano mais a TR. Em 2016, o rendimento financeiro da poupança foi de 8,3%. Já o do FGTS foi de 5,01%, abaixo da inflação oficial de 2016, que foi de 6,29%.

Estou precisando do dinheiro agora. Posso pedir a antecipação do FGTS?

Alguns bancos como o Santander estão antecipando o dinheiro do FGTS para os correntistas, mas essa antecipação envolve cobrança de juros. Por isso, especialistas recomendam que os contribuintes só peçam a antecipação se estiverem realmente precisando do dinheiro para pagar uma despesa urgente ou para pagamento de dívidas com cheque especial e cartões de crédito, que têm juros mais altos que outras linhas de crédito.

Fonte: G1 2017

CNPL destaca importância da mobilização popular para combater massacre aos direitos dos trabalhadores



Em reunião da Rede-Observatório Sul-Sul (ROSSTD) nessa sexta-feira, dia 27 de janeiro, na sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), a Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) destacou a importância da participação populares para combater a investida do governo contra os trabalhadores, prevista nas propostas de reforma previdenciária e trabalhista. A CNPL esteve representada pelo secretário de Relações Sindicais, Danilo Gonçalves Moreira Caser e pela assessora Jurídica e Sindical, Zilmara Alencar.

A Confederação convidou os membros do Fórum Rede-Observatório Sul-Sul para fazer parte do debate na ONG Auditoria Cidadã da Dívida como forma de fortalecer e disseminar o lançamento da Consulta Nacional Popular sobre as modificações legais que privilegiam o grande capital em detrimento do bem estar social. A Consulta Nacional Popular entrará em vigor no dia 14 de março e permanecerá vigente até o dia 15 de novembro, com o seguinte questionamento à população: “Você concorda em rasgar a Constituição Cidadã destruindo, inclusive, o seu direito à aposentadoria, para privilegiar ainda mais o mercado financeiro?”.



Para a CNPL, muito além do trabalho parlamentar de base no Congresso Nacional e nos estados, o momento requer forte participação da sociedade, por meio de mobilização popular, para conscientizar o parlamento sobre a insatisfação acerca das modificações legais e das retiradas de direitos previstas nas propostas de reforma previdenciária e trabalhista. “Atualmente, o Fórum da Rede-Observatório Sul-Sul elabora importantes emendas ao Congresso Nacional como forma de contribuir com os contrapontos que trazem retrocesso aos direitos dos trabalhadores, no entanto, a mobilização popular é indispensável diante da atual conjuntura do país. O trabalhador precisa mobilizar, pois ele será o maior

prejudicado caso as propostas de reforma trabalhista e previdenciária sejam vigoradas”, pontou o secretário de Relações Sindicais da CNPL, Danilo Gonçalves Moreira Caser.

Importante ressaltar que a Consulta Nacional Popular pretende esclarecer todos os setores da sociedade sobre o real conteúdo dessas medidas e seus impactos na vida das pessoas, bem como na economia do país. Segundo a CNPL, a Consulta Nacional Popular também almeja construir uma consciência crítica capaz de exercer pressão por mudanças de rumo desse modelo econômico concentrador de renda e riqueza que aumenta a desigualdade social no Brasil.



A Consulta Nacional Popular abrange a reforma da Previdência, em tramitação no Congresso Nacional como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016; da reforma trabalhista, prevista para definição neste primeiro semestre de 2017; e do ajuste fiscal, em tramitação no Senado como PLS 257/2016, flagrante desrespeito ao pacto federativo, sob a justificativa de renegociar a chamada dívida dos estados,

que na prática já foi paga várias vezes à União.

Rede-Observatório Sul-Sul (ROSSTD)

A ideia da Rede Observatório Sul-Sul é reunir representantes de trabalhadores, empregadores e entidades não governamentais de países do eixo sul-sul de língua portuguesa/espanhola vocacionadas à defesa dos direitos sociais e à regulamentação das relações entre capital e trabalho. A proposta de criação do grupo

constou da carta aberta elaborada pela Anamatra e distribuída na 105ª Conferência, expondo a posição da entidade em favor do desenvolvimento firmado em uma cultura de inclusão e não de exclusão de direitos sociais.

Consulta Nacional Popular
Tema: "Você concorda em rasgar a Constituição Cidadã destruindo, inclusive, o

seu direito à aposentadoria, para privilegiar ainda mais o mercado financeiro?"

Lançamento: 14 de março
Vigência: até 15 de novembro

Informações: www.auditoriacidada.org.br
ou contato@auditoriacidada.org.br

Fonte: CNPL – 30.01.17

Analista do Diap alerta sobre projeto da jornada flexível



Marcos Verlaine

O site da Agência Sindical reproduz, na coluna Opinião +Colunistas, artigo do jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Marcos Verlaine.

Com o título "Trabalho intermitente: entenda o que significa isto", ele faz um alerta ao movimento sindical em relação ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 218/16, de Ricardo

Ferraço (PSDB-ES), que institui contrato de trabalho intermitente.

"No contrato zero hora, o trabalhador fica à disposição 24 horas por dia. O valor a ser pago pode ser fixado de acordo com o horário que será trabalhado ou com o serviço feito", explica Verlaine.

Fonte: Boletim Gestão Sindical 01/02/2017

Governo terá de cortar até R\$ 40 bilhões para cumprir meta fiscal deste ano



BRASÍLIA - A equipe econômica vai começar o ano tendo que fazer um corte de despesas para garantir o cumprimento da meta fiscal de 2017, fixada num déficit primário de R\$ 139 bilhões, ou 2% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país). Os valores ainda não estão fechados e dependem do comportamento da arrecadação. Mas integrantes do governo dizem que o número deve variar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 40 bilhões, sendo que um valor ainda maior não está descartado.

O Orçamento de 2017 tem duas incertezas do lado das receitas. Uma delas é que o governo conta com R\$ 40,2 bilhões em recursos extraordinários que podem não se confirmar. Isso envolve R\$ 11,8 bilhões com vendas de ativos (como Caixa Seguradora, IRB e loteria instantânea), R\$ 18,4 bilhões com novas concessões e R\$ 10 bilhões com a reabertura do programa de repatriação, que nem sequer tramita no Congresso ainda. Tudo isso depende do humor dos investidores e dos parlamentares.

A outra incerteza está nas projeções para o crescimento da economia. As receitas foram calculadas considerando que o PIB crescerá 1,6% em 2017. E embora o governo depois tenha reduzido sua estimativa para 1%, a lei orçamentária (LOA) foi aprovada tendo como base o número mais alto. Isso significa que a arrecadação não deve ter um comportamento tão favorável quanto o previsto inicialmente. Dentro da própria equipe econômica já se analisa inclusive a possibilidade de reduzir a projeção para o PIB para algo próximo de 0,5%, o que derrubaria ainda mais o cenário de receitas.

Do lado das despesas, a equipe econômica já conseguiu colocar um freio na expansão fiscal com a implementação do teto para os gastos públicos em 2017. Ele foi aprovado no ano passado e prevê que, por um período mínimo de uma década, as despesas de um ano devem ser iguais às registradas no anterior mais a inflação do período. Essa norma obrigou o governo a fazer um corte inicial de R\$ 4,7 bilhões no Orçamento deste ano.

QUADRO FISCAL 'DESAFIADOR'

A LOA foi aprovada com uma projeção de despesas de R\$ 1,306 trilhão. No entanto, como os dados consolidados de 2016 foram divulgados esta semana, o governo constatou que os gastos só poderão chegar a R\$ 1,301 trilhão para respeitar o teto. Assim, será preciso fazer cortes em algumas áreas. Segundo o Ministério do Planejamento, haverá um corte de R\$ 1,085 bilhão em pessoal, de R\$ 1,809 bilhão em emendas discricionárias e de R\$ 1,801 bilhão na Previdência.

Mesmo assim, o Orçamento ainda é muito engessado no Brasil. E mudanças estruturais como a reforma da Previdência só terão efeito no longo prazo. O rombo na Previdência ficou em R\$ 149,7 bilhões em 2016. Em 2015, ele havia sido de R\$ 85,8 bilhões. Segundo o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, o quadro fiscal de 2017 é desafiador:

- O déficit da Previdência é exponencial. Com a melhora de alguns indicadores econômicos, o governo vai ter mais condições de fazer privatizações e concessões em 2017. No entanto, isso vai ocorrer desde que não haja fatores surpreendentes, como medidas do presidente americano, Donald Trump, que prejudiquem o mercado internacional, e desdobramentos de delações premiadas da Odebrecht no mercado doméstico. A equipe econômica vai ter que contar muito com a disposição dos investidores para vender ativos e recuperar a economia - disse Agostini.

AMEAÇA AOS INVESTIMENTOS

Outro problema é que contingenciar o Orçamento de 2017 não é uma tarefa fácil. Um corte de despesas muito elevado num ano de baixo crescimento e com o Orçamento já enxuto, como é o caso deste ano, pode paralisar os poucos investimentos que estão em andamento. Além disso, uma tesourada muito grande elevaria o nível de restos a pagar (RAP), jogando despesas

para 2018, o que pressionaria o quadro fiscal do ano que vem.

- Existe um limite mínimo para a máquina pública funcionar. E já há projetos em andamento que não podem parar. O espaço para cortes sem afetar esses projetos e sem deixar um estoque muito elevado de restos a pagar é pequeno - disse um integrante do governo.

Embora os números não estejam fechados, os técnicos e especialistas que acompanham as contas públicas apostam que a preocupação com a recuperação da economia não deixará o contingenciamento do início do ano atingir o patamar mais elevado. Eles acreditam que a equipe econômica pode fazer o primeiro relatório

bimestral de receitas e despesas do ano mantendo a projeção mais otimista para receitas extraordinárias e reduzir um pouco a projeção de alta do PIB - o que exigiria uma tesourada menor - contando com uma melhora do cenário nos próximos meses.

Além disso, existe ainda a expectativa do ingresso de R\$ 10 bilhões nos cofres públicos com o novo programa de parcelamento de dívidas tributárias (Refis), que foi iniciado ontem. Esse programa não estava previsto na Lei Orçamentária quando ela foi aprovada e pode compensar alguma frustração de outras receitas.

Fonte : GS Noticias CSB 02/02/2017 e publicado no Jornal O Globo 02/02/2017

Obrigatoriedade de CPF de dependentes em Declarações do I. Renda 2017

Receita Federal do Brasil, publicou no Diário Oficial da União a Instrução Normativa RFB nº 1688, que determina que os contribuintes que desejarem incluir seus dependentes na declaração do Imposto de Renda de 2017 deverão registrá-los no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), caso tenham 12 anos ou mais. Até então, a obrigatoriedade era exigida somente para dependentes com 14 anos ou mais.

A obrigatoriedade de inscrição de dependentes com 12 anos ou mais na DIRPF

(Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física) reduz casos de retenção de declarações em malha fina, riscos de fraudes relacionadas à inclusão de dependentes fictícios na DIRPF e, também, a inclusão de um mesmo dependente em mais de uma declaração.

Fonte: Sindicados dos Contabilistas de Niterói - Presidência 02/02/2017

Diferença entre salários dos setores público e privado cresceu de 2015 para 2016

A disparidade entre os salários de trabalhadores do setor público e do privado cresceu no ano passado. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), este foi o maior aumento da série história do IBGE, iniciada em 2012. Enquanto em 2015 o funcionalismo ganhava em média R\$ 3.152 -59,3% mais do que um

empregado com carteira assinada-, em 2016 essa distância passou para 63,8%.

Segundo a Folha de S. Paulo, a principal causa do crescimento desta diferença foram os movimentos inversos nos rendimentos de cada categoria. Enquanto o salário médio de um servidor público aumentou 1,5% em 2016 em comparação com 2015, o de um

trabalhador celetista do setor privado encolheu 1,3%.

Em um momento de crise, um empregador privado pode demitir um funcionário e contratar um novo pagando menos. No setor público, as regras de desligamento são mais rígidas, o que dificulta a repetição da prática. "A diferença aumentou porque no setor público não há demissões. Já no privado, houve muita demissão, e, quando o setor privado corta, ele começa pelos maiores

salários, jogando a média geral para baixo", diz Hélio Zylberztajn, coordenador da pesquisa Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe). Ainda conforme a publicação, os funcionários públicos foram a única categoria cujos salários não caíram em nenhum momento desde 2012, quando a pesquisa foi iniciada.

Fonte : GS Noticias CSB ref. Publ. 02/02/2017 por Bahia Noticias.

FILIADA A:

